

## ***Conferência Currículo para o Século XXI***

### **Competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos**

Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa

30 de Abril de 2016

APPELE - Associação Portuguesa de Professores de Espanhol Língua Estrangeira  
León Acosta

Bom dia. Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome da Associação Portuguesa de Professores de Espanhol – APPELE, o convite feito para participar nesta conferência.

O espanhol foi a última das quatro LE a fazer parte da oferta curricular no ensino básico e secundário português. Este facto talvez se possa explicar por diversos motivos: a herança de certo nacionalismo de confronto e exclusão, exacerbado durante a ditadura salazarista; uma visão redutora da língua espanhola que limitava a sua expressão à Espanha, excluindo a sua imensa implantação no continente americano; o facto de existir um alto grau de intercompreensão entre o espanhol e o português; e, sem dúvida, a persistência de um imaginário associado ao espanhol e à hispanidade encarado como algo pouco apetecível ou interessante, pouco moderno, pouco tecnológico e científico, demasiado étnico, quando comparado com outras línguas e culturas mais setentrionais.

Mas esse mar de fundo, que ainda perdura com diferentes matizes, foi mudando a partir do momento em que Portugal e Espanha aderiram à União Europeia em 1986. No início dos anos 90 arrancaram as primeiras experiências-piloto do ensino do espanhol em algumas escolas portuguesas. Em 1997 foi aprovado pelo Ministério da Educação o primeiro programa homologado da disciplina para o 3.º ciclo do Ensino Básico. E, a partir do 2001, começam a sair os primeiros professores profissionalizados em Espanhol (grupo de recrutamento 350). Desde essa data, e até 2012, a implantação do Espanhol no ensino público e privado português experimentou um crescimento exponencial.

Nos últimos 3 anos verificámos, no entanto, uma estagnação, e até mesmo um

recuo, na sua presença no ensino pré-universitário, associado a diversas opções tomadas pelos gestores educativos, em particular devido ao regime de requalificação (antigo regime de mobilidade), que entrou em vigor em dezembro de 2013, e que implicou uma importante perda de salário para os professores com horário zero, ou inclusive o seu despedimento. As direções das escolas, com algum bom senso e sentido da solidariedade no meio da crise que tomou conta do país, optaram por travar a oferta de Espanhol para proteger, assim, os professores das LE que, entretanto, tinham ficado sem turmas devido à preferência crescente dos alunos pela língua espanhola.

Mas não foram estas as únicas medidas adotadas que refrearam a regularização da presença da língua espanhola na escola portuguesa. O Espanhol foi retirado da oferta curricular do segundo ciclo, como também aconteceu com as outras LE (à exceção do inglês); foi, por conseguinte, eliminado o Espanhol de continuação no terceiro ciclo (como também sucedeu com o alemão e o francês); o ciclo de continuação foi reduzido, no Ensino Secundário, a 5 anos, em vez dos 6 previstos inicialmente; e desapareceu, ainda, o Exame Nacional para avaliar esse ciclo de 5 anos de Espanhol (código 747), como aconteceu com o Alemão. Na atualidade apenas existe o código 547 para os dois anos de estudo no Ensino Secundário (10.º e 11.º).

Este é, *grosso modo*, o panorama que nos depara o passado. Mas se olharmos para a frente, o Espanhol continua a ser, sem dúvida, uma aposta muito interessante para os estudantes portugueses, muito para além da sua perceção como língua 'fácil' no conjunto de disciplinas entre as que podem optar nos seus planos de estudo.

Para além da coincidência de interesses geoestratégicos entre Portugal e Espanha — como partes do bloco meridional da UE (ao lado da Grécia, da Itália, e da França); como membros da Comunidade Ibero-americana; como países com uma relação extraordinariamente intensa com os membros do Mercosul, onde o lugar ocupado pelo Brasil é de supremacia; ou como países com uma longa história de interesses na frente mediterrânea e na África — e para além da intrincada rede histórica, cultural, humana e emocional que liga os países e sociedades ibero-americanos, existem dados muito objetivos que valorizam a aposta na aprendizagem da língua espanhola:

- O espanhol é língua oficial de 21 países do mundo, havendo entre as variedades de prestígio desses países um grau de homogeneidade muito elevado.
- O espanhol é a segunda língua a nível mundial por número de falantes nativos, apenas superada pelo mandarim de alfabetização, ou *putonghua*. As previsões apontam para a existência, em 2030, de aproximadamente 540 milhões de falantes nativos de espanhol.
- A nível internacional, o espanhol é a segunda língua mais estudada, depois do inglês, sendo a sua implantação nos Estados Unidos, Brasil, Itália, França, Canadá, Marrocos e Filipinas especialmente significativa.
- O espanhol é a segunda língua da comunicação internacional (a seguir ao inglês), e considerada terceira língua de trabalho nas Nações Unidas e quarta no âmbito institucional da união Europeia.
- O espanhol é a terceira língua com maior número de documentos na Internet (a seguir ao inglês e ao mandarim), embora seja a segunda língua com maior presença em redes sociais como o Facebook e o Tweeter.
- A produção científica em espanhol está entre as 4 mais importantes. Para compreendermos este facto não podemos esquecer o lugar representado também por países como o México, a Argentina, a Colômbia e o Chile, entre outros.
- A Espanha ocupa o nono posto na classificação mundial da produção científica e o undécimo na de documentos citados, apresentando um índice de especialização temática superior à média mundial em áreas como a física, as ciências do espaço, a matemática e as ciências relacionadas com a agricultura, a zoologia e a botânica.
- E, por último, mas não menos importante, a Espanha é o primeiro investidor estrangeiro em Portugal (26% em 2014). Por sua vez, a Espanha é o segundo destino mais importante do investimento português no estrangeiro (17% em 2014), apenas ultrapassada pelos Países Baixos (26% em 2014), em particular a Holanda e o Luxemburgo, que, entretanto e devido à política de *dumping* fiscal levada a cabo por estes países, se converteram numa espécie de pseudo-paraísos fiscais para as grandes empresas europeias.

Posto isto, é imperativo responder à pergunta fulcral deste encontro em que hoje participamos: quais são as competências, os conhecimentos e os valores mais válidos para traçar o perfil do cidadão do século XXI? É uma pergunta demasiado vasta para não cairmos na tentação de repetirmos consignas e simplificações que todos nós conhecemos. Num mundo globalizado e tecnológico onde a mobilidade e a comunicação — sobretudo a comunicação à distância — ocupam um papel tão central, parece inevitável coincidirmos em elementos básicos. Precisamos de cidadãos que saibam lidar com pares contrastivos como, entre outros, a flexibilidade das distâncias e o saber parar; as diferenças e a dispersão de identidades e a consciência da própria identidade; os meios digitais e as diferentes formas da inteligência artificial e a sensibilidade orgânica de que precisa tudo o que entendemos como humanidade e natureza... E que isso tudo se coloque à disposição daquilo que todos procuramos: um ponto de equilíbrio entre a pressão economicista que privilegia a produtividade e a competitividade e o necessário grau de felicidade e de harmonia que nos possa salvar da loucura e da lei da selva.

Equacionadas a questão nestes termos, parece tudo demasiado vazio e retórico, meio esotérico, mas não deixa de ser aquilo que provavelmente repetiremos hoje muitas vezes, mas por outras palavras: o respeito pelos direitos humanos e pelo multiculturalismo; a tomada de consciência como cidadãos intervenientes na vida pública procurando a justiça social e como seres vivos num planeta que todos queremos e precisamos de conservar; o fomento do espírito crítico e da criatividade em vez da repetição escolástica de modelos que devem estar sujeitos sempre à revisão e à atualização; o investimento no plurilinguismo e no domínio científico e tecnológico como instrumentos para agir num mundo globalizado e interrelacionado onde a telecomunicação (informática e robótica) faz parte do dia-a-dia.

Desse compêndio de grandes palavras que precisariam muito de ser concretizadas, para não se reduzirem a uma mera declaração de boas intenções, escolheria — como professor de Espanhol — dois saberes e competências fundamentais num mundo globalizado onde as novas tecnologias ocupam um lugar central: o plurilinguismo e a alfabetização digital ou, dito de outra maneira,

o alargamento da capacidade da comunicação através das línguas naturais e artificiais e das diferentes formas de comunicação textual e (audio)visual com que hoje em dia se complementam, pois são peças imprescindíveis na nossa bagagem, na nossa formação, para podermos agir, dentro e fora das nossas fronteiras, como cidadãos ‘globais’.

Uma das consequências que derivam destes pressupostos é a necessidade de apostar no fomento das LE e das TIC nas alterações curriculares que se venham a produzir. Nesse sentido, o alargamento da escolaridade obrigatória por um período de 12 anos pode ser uma boa oportunidade para oferecer preferentemente essas disciplinas para todos aqueles que, uma vez acabado o 9.º ano, não pretendam continuar até finalizar o Ensino Secundário e, também, para todos aqueles que optarem pelo Ensino Profissional. Por outro lado, não podemos esquecer, a este respeito, que, dentro das escolas, vamos passar a ter jovens dos 15 aos 18 anos com um baixo nível de motivação e um nível mais alto de conflitualidade que merecerão um tratamento diferenciado, tanto do ponto de vista curricular e didático como pedagógico e de orientação psicoprofissional.

\*\*\*

Quanto a questões específicas relacionadas com o atual ensino do Espanhol na rede pública, seria necessário apontar algumas questões:

1. Consideramos que seria oportuno repor a opção de outras LE diferentes do inglês para o 2.º ciclo, como forma de promover o plurilinguismo — mais especificamente o trilinguismo — defendido pela política linguística europeia, uma diretiva que foi entretanto abandonada. [Resolução do Conselho de 31 de março de 1995 sobre a melhoria e diversificação do ensino de línguas, em virtude da qual todos os alunos, regra geral, devem poder aprender pelo menos duas línguas da União, além da língua materna.]
2. Consideramos que deveriam ser repostos os Exames Nacionais do ciclo de continuação (5 anos, código 747), pois gerou-se, nos últimos anos, uma situação de relativa confusão e desmotivação entre os alunos que tiveram Espanhol e Alemão no 3.º ciclo e agora estão obrigados a realizar a

avaliação interna dos 5 anos de formação na língua e, ainda, o Exame Nacional de 2 anos/iniciação (!!)) para poder incluir o Espanhol ou o Alemão nas suas candidaturas de acesso ao ensino universitário.

3. Consideramos que deve ser revisto a atual modelo de ensino e avaliação das LE de modo a conceder maior peso às competências orais (compreensão, interação e produção) e que isto deve ser feito disponibilizando os meios digitais que facilitem tanto o ensino como a própria avaliação.
4. Consideramos que devem ser revistos os modelos de ensino da produção escrita, centrado no processo de produção e na utilização de ferramentas informáticas de apoio, em vez do atual modelo centrado no produto final, isto é, no momento em que o aluno, na aula ou em sua casa, se depara sozinho à frente de uma folha em branco.
5. Consideramos, à luz do QECRL, e como não se cansam de assinalar os professores de Espanhol, que os programas da disciplina de Espanhol devem contemplar a situação real de proximidade linguística entre o espanhol e o português, elevando, em consequência, o nível das competências recetivas em comparação com as produtivas. Atualmente, por exemplo, e de acordo com as indicações programáticas, só se podem trabalhar — e avaliar — textos descritivos e narrativos de nível B1 no 11.º ano de iniciação, mas a realidade é que a maioria dos alunos de Espanhol desse ano, devido ao seu desenvolvimento cognitivo, à sua competência textual na LM e noutras LE e graças à proximidade linguística entre o espanhol e o português, podem enfrentar textos de nível superior e de tipologias diversas, não só narrativos e descritivos, mas também expositivos e argumentativos de nível B2 e C1.
6. Por último, é preciso assinalar que o atual programa de Espanhol para o 3.º ciclo foi elaborado em 1996, antes da publicação do QECRL. Sendo o programa o ‘referencial’ para o ensino e a avaliação do Espanhol, carece de uma revisão. Apesar de se tratar de um documento anterior ao QECRL e de não estar longe dos seus pressupostos comunicativos, a sua estrutura e apresentação pode tornar menos clara a sua interpretação por parte dos docentes. Dentro do projeto *Metas de Aprendizagem*, foi elaborado um

documento de consenso entre as LE que, em certa medida, atenuava o desfasamento que se observa nesse programa, que foi pensado originalmente para uma carga horária que agora não se verifica. Assim, existe uma grave contradição entre esse programa — que deve ser cumprido com uma carga horária de 3 tempos letivos (135') por semana durante dois anos e 2 tempos letivos (90') num dos anos do 3.º ciclo — e o programa de iniciação de dois anos em vigor no ensino secundário. Este último, com 6 tempos letivos (180') por semana, prevê um nível final de desempenho/aproveitamento que corresponde ao nível A2 do QECRL. Em contrapartida, o programa do 3.º ciclo, com uma carga horária muito inferior, prevê atingir, de acordo com os objetivos e conteúdos especificados, o nível B1.

Para concluir, e resumindo as ideias centrais aqui expostas, consideramos que, no que diz respeito à generalidade das LE, deve ser feito um esforço por ampliar e diversificar os modos em que estão presentes no ensino, formando com as TIC um bloco de disciplinas transversais ao serviço da comunicação, nas várias formas que esta adquiriu nas últimas décadas, isto é, associando comunicação e tecnologia.

Por outro lado, e relativamente à área do Espanhol, consideramos que deve participar em igualdade de oportunidades com as outras LE nos desenvolvimentos curriculares futuros (incluída a avaliação) e, ao mesmo tempo, deve ser contemplada a sua especificidade como língua próxima e de contacto com o português naqueles aspetos que favoreçam e aprofundem a intercompreensão que naturalmente existe entre ambas as línguas, levando a uma revisão dos programas em vigor, nomeadamente nos pontos relacionados com os níveis de desempenho da compreensão escrita e oral, e aos géneros e às tipologias textuais a serem trabalhados nas aulas.

Muito obrigado!

León Acosta